



A imagem do Brasil nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro

Katia Rubio



Quando, em 2 de outubro de 2009, em Copenhague, a cidade do Rio de Janeiro foi anunciada como a sede dos Jogos Olímpicos de 2016, pensei atônita o quão pouco dirigentes olímpicos de todo o mundo conheciam sobre o Brasil.

Menos eufórica que a maioria dos colegas próximos ou distantes, pensei em tudo o que poderia acontecer naqueles sete longos anos que estavam por vir. De imediato não pensei nas dimensões administrativas nem organizativas que dois anos antes já haviam sido ensaiadas na realização dos Jogos Pan-Americanos. Ali já se desvendara muitas das mazelas de um modo singular de conduzir a coisa pública: falta de planejamento ou um planejamento irreal, a morosidade na condução de licitações e concorrências obrigatórias para que no limite do prazo tudo fosse realizado em caráter de urgência sem os necessários trâmites legais, ou ainda, a inexistência de um projeto posterior de uso do bem público para benefício da população duramente atingida em seu cotidiano por obras que alteraram radicalmente a vida em uma cidade já caótica. O que pensei naquela tarde, olhando pela janela, foi que ainda estavam por vir duas eleições nas diferentes esferas de poder, todas elas envolvi-

das na realização dos jogos, poder esse partilhado por políticos de diferentes partidos, com visões de mundo e de Brasil muito distintas, muito embora, naquele momento, parecessem amigos de infância. Embora eu não defendesse a candidatura brasileira, no momento em que o resultado foi anunciado, pensei que como cidadã e pesquisadora eu deveria me envolver naquilo que estava por vir.

Nos meses e anos que se seguiram, nos vários congressos internacionais dos quais participei, a pergunta que sempre tentava responder era como o Brasil, a sexta maior economia de então, país emergente que sobreviveu sem solavancos à crise de 2008, realizaria um evento das proporções dos Jogos Olímpicos tendo outros tantos problemas para resolver. Mais de uma vez respondi tentando resgatar um pouco de nossa história “republicana”, mostrando que a democracia no país era não mais do que uma criança e o que eu mais temia era a estabilidade democrática, tão duramente construída nos últimos anos. Mas, por mais que eu me esforçasse em explicar o que isso significava, o que havia sido o período da ditadura militar ou como as instituições ainda eram frágeis, o

KATIA RUBIO é professora associada da Escola de Educação Física e Esporte da USP e membro da Academia Olímpica Brasileira.

imaginário idílico que cerca essa nação tropical, uma espécie de Shangrilá latino-americana, abençoada por Deus e bonita por natureza, se sobrepuja aos argumentos objetivos de que corríamos sérios riscos nesse processo.

Ou seja, mais do que discutir no plano da objetividade, era necessário apresentar e desconstruir um campo simbólico fortemente enraizado no imaginário internacional sobre o que é e o que foi o Brasil nos últimos anos, ou melhor, séculos. Realizados os Jogos Olímpicos de 2016, é tempo de fazer um balanço sobre o ocorrido nessa Ilha de Vera Cruz que, durante alguns anos, foi objeto de curiosidade e atenção por parte de pesquisadores e interessados em esporte, ou não, de todo o mundo.

O objetivo deste artigo é discutir as narrativas construídas sobre o Brasil ao longo da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro 2016 a partir dos símbolos e cerimônias criados para esse fim.

O MITO FUNDADOR E A NECESSIDADE DE UM SEMIÓFORO

O que é o Brasil, afinal? Esta pergunta é quase sempre respondida com frases feitas como “um país onde todas as raças se encontram e convivem harmoniosamente” ou “um país descoberto por portugueses, invadido por holandeses e franceses, cultivado por africanos e branqueado por imigrantes vindos de todas as partes do mundo no final do século XIX”. Mas, mais do que responder a uma pergunta que encobre a dificuldade de afirmar uma identidade nacional, o que se observa nas respostas dadas é a afirmação de um senso comum que faz o próprio brasileiro duvidar de quem é e o que é seu país.

Conforme aponta Chauí (2000), esse mito fundador vincula o passado ao presente, impedindo assim um entendimento atual, resguardando o distanciamento necessário da criação original. Aponta a autora que a sociedade brasileira é resultado de uma espécie de mito criado pelas elites do país, sejam elas intelectuais ou não, capaz de mantê-la unida no longo processo de formação da nação. O conceito de mito aqui é usado não apenas na acepção etimológica, como uma narração pública de feitos lendários da comunidade, mas principal-

mente no sentido antropológico, em que a narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para ser resolvidos no nível da realidade. Daí a autora afirmar também o caráter mítico-psicanalítico, de uma repetição de algo imaginário, que impede ou dificulta a percepção da realidade sobre si. E assim, “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (Chauí, 2000, p. 6).

Como nação colonizada, desfruta da frescura da condição de pertencimento a um mundo novo (a América), em contraste ao velho mundo (a Europa). O deslumbramento dos europeus com as condições de uma terra paradisíaca se encontra desde o documento escrito por Pero Vaz de Caminha quando da chegada dos portugueses àquilo que seria o Brasil, entendido então como “descobrimento”. Conforme apontam Karnal e Tatsch (2009), muito embora essa carta tenha sido encontrada em 1773, apenas em 1817 ela foi publicada pela primeira vez, momento em que se ensejava a valorização da entidade nacional no Brasil independente. A “epifania documental” trazida na carta “dependeu do surgimento do nacionalismo brasileiro, dependeu do crescente orgulho português pelo passado épico das navegações e do contexto do Quinto Centenário no ano de 2000” (Karnal & Tatsch, 2009, p. 12). Amplamente divulgada ao longo do século XX, a carta de Caminha descreve a terra encontrada como um paraíso habitado por mulheres nuas, com água e comida em abundância, clima ameno e seres pintados e amistosos.

Se a narrativa do europeu português sobre essa terra nova estava baseada na visão que aquele primeiro contato proporcionava, a carta-documento foi a matéria-prima para a criação do mito fundador se tornar um semióforo.

Conforme Chauí (2000), semióforos são signos de poder e prestígio desprovidos de utilidade aparente. Celebram a unidade daqueles que compartilham uma crença ou passado em comum. É um fato ou acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição que adquire um valor simbólico, tornando-se objeto de adoração ou celebração e seu lugar deve ser público para que a sociedade possa celebrá-lo, conservando

assim o sentimento de comunhão e unidade por ele proporcionado.

Se a carta de Caminha se apresentou a Portugal no século XVIII, e séculos mais tarde ao mundo, como o devir da Terra Brasilis, na condição de semióforo, ela afirmou o imaginário idílico de um país de proporções continentais (identidade que se apresentará no Hino Nacional com a expressão “gigante pela própria natureza”), livre de adversidades naturais que provocam toda a ordem de desgraça, fonte inesgotável de água (bem mais que precioso no tempo presente), oferecendo assim aos poetas românticos os elementos para a construção de um imaginário heroico sobre seu povo, como manifestado na construção do poema “A Pátria”, de Olavo Bilac:

“Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste.
Criança! Não verás país nenhum como este.
Olha que céu, que mar, que rios, que floresta!
É a natureza aqui perpetuamente em festa
É um seio de mãe a transbordar carinhos”.

Transposto para o início do século XXI, os Jogos Olímpicos reforçam os signos do semióforo já constituído no passado. Eles representam a maior celebração esportiva do planeta e apenas países pujantes e grandiosos poderiam ascender a essa condição (Guttman, 2002). E então, repetindo Chauí (2000), o “verde-amarelismo” anteriormente utilizado pelo Estado brasileiro para garantir que a “questão nacional” fosse alcançada é novamente instrumentalizado, agora em um governo democrático, para se fixar no imaginário popular, neutralizando toda a sorte de tensões vividas por essa sociedade definida circunstancialmente e oportunisticamente como pacata. E uma vez mais os semióforos, que também têm por função dissimular uma cidadania mal estruturada, são remodelados conforme a conveniência do momento histórico. Com a expressão “nunca antes na história deste país” criou-se uma falsa impressão de que o “gigante pela própria natureza” havia acordado e estava pronto para conquistar o mundo. Passou-se a reivindicar assento no Conselho de Segurança da ONU e no G7, anunciou-se que a grande crise de 2008 não produzira no país um *tsunami*, conforme previsto, mas apenas uma marola, e conquistou-se o direito de sediar a

Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos num intervalo de apenas dois anos. Os megaeventos esportivos eram a prova maior de que o país estava pronto para pertencer, não ao grupo dos primos novos-ricos do mundo (o Brics), mas aos verdadeiramente ricos e poderosos, ou seja, o G7.

JOGOS OLÍMPICOS: O SEMIÓFORO DO ESPORTE MODERNO

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna também se afirmam como o semióforo do esporte contemporâneo. Criados como uma competição com repertório simbólico inspirado nos Jogos Olímpicos da Antiguidade, mantiveram ao longo do século XX, a despeito das grandes guerras e dos conflitos internacionais regionais, a frequência quadrienal de um fato quase religioso (Rubio, 2016a).

Mais do que uma criação que sobreviveu e se locupletou do capitalismo, os Jogos Olímpicos foram entendidos desde sua criação como a face pública do Movimento Olímpico, que tinha como finalidade educar e promover o esporte como valores fundamentais da sociedade. A partir dessa narrativa, construiu-se um imaginário capaz de mobilizar governos e, mais recentemente, empresas, transformando o Comitê Olímpico Internacional (COI) em uma das instituições mais poderosas do planeta e os atletas em artistas capazes de alavancar a produção e o consumo de toda espécie (Rubio, 2001).

Para além das questões de ordem esportiva especificamente, misturam-se e escondem-se interesses de todas as ordens, apontando o poder que o COI, como instituição, e os Jogos Olímpicos, na condição de evento, desempenham no mundo contemporâneo. Realizados de quatro em quatro anos, com alternância entre Jogos de Verão e de Inverno, o evento reúne os melhores atletas das modalidades consideradas olímpicas de todo o mundo em um só lugar. O valor simbólico, conforme conceituaria Bourdieu (1998), dos melhores entre os melhores reunidos fisicamente em um mesmo lugar, confere a esse sítio a equivalente excelência por exigir competência na realização da organização da competição.

Não entrarei no mérito das exigências feitas pelos detentores dos direitos da realização dos

Jogos Olímpicos, que supera a questão técnica da organização do evento em si, mas impõe um padrão singular dessa realização, o que leva ao desrespeito da soberania nacional, entre outros muitos desrespeitos. Esse estado de coisas tem promovido uma reorientação da proposta olímpica, visto que os países verdadeiramente democráticos começam a declinar de convites para as próximas edições (Rubio, 2016b).

Das imposições feitas aos organizadores brasileiros pelos mandatários olímpicos, muitas foram cumpridas à risca e com maestria, outras nem tanto. Obras monumentais foram realizadas às custas de deslocamentos humanos cujo impacto ainda é difícil de mensurar (Zirin, 2014). O valor gasto em tudo isso talvez também nunca se saiba ao certo, uma vez que a responsabilidade por cada obra cumpriu a mesma trajetória que uma bola em jogo de bobinho. A esfera federal jogava para a estadual, que empurrava para a municipal, que dias antes dos jogos serem inaugurados decretou estado de calamidade pública em função da falta de recursos para pagar contas e salários de servidores. E quando chegou o grande dia, com improvisação e criatividade – marcas clássicas do jeitinho brasileiro –, lá estava a cara do Brasil para ser transmitida por mais de 120 emissoras ao redor do globo, alcançando 60 mil pessoas ao vivo no Estádio do Maracanã e mais de 3 bilhões de pessoas em todo o mundo¹.

OS JOGOS OLÍMPICOS DO RIO DE JANEIRO E A AFIRMAÇÃO DO MITO FUNDADOR DO BRASIL

No processo de postulação brasileira aos Jogos Olímpicos, desde que esse processo foi conduzido de forma realmente séria, a cidade do Rio de Janeiro sempre foi o projeto inicial de seus idealizadores, mesmo que Brasília, São Paulo e Curitiba demonstrassem interesse nessa realização (Zirin, 2014). Daí em diante, pode-se dizer que o Rio de Janeiro passou a representar, ou ainda ser, a imagem do próprio Brasil. Os jogos não eram do Bra-

sil, muito embora a receita para grande parte das obras fosse federal (Rubio, 2010). Os jogos foram da cidade do Rio de Janeiro. E os símbolos de nação brasileira que foram apresentados ao mundo eram, na realidade, símbolos cariocas, mais especificamente de uma parte de uma cidade que, além de frente para o mar, tem costas largas para uma periferia que clama por respeito e visibilidade.

Desde a proclamação da cidade como sede até a realização dos jogos, as imagens vendidas para o mundo buscavam contemplar uma cidade que vive para o prazer do lazer e a ostentação de um modo de vida hedonista. Sol vibrante, praias belas, montanhas verdejantes, cidadãos saudáveis e com tempo para práticas esportivas foram as imagens sistematicamente veiculadas para promover a Cidade Maravilhosa.

Na condição de uma celebração que se tornou um produto rentável, os Jogos Olímpicos, além de produzir competição esportiva, são também um desencadeador de consumo. Todos os tipos de produtos que possam ostentar a marca olímpica universal (os cinco anéis que em teoria representam a irmandade dos cinco continentes) ou a marca específica de uma edição olímpica costumam ser garantia de sucesso de vendas. É com essa intenção que são criados os mascotes, figuras antropomorfizadas que podem ser reduzidas ao tamanho de um chaveiro ou chegar a vestir um adulto e que buscam simbolizar aspectos do país que abriga os jogos.

Teoricamente escolhidos em votação popular por uma emissora de TV, os nomes homenagearam dois artistas brasileiros, ou melhor, cariocas: Vinicius de Moraes e Tom Jobim. Vinicius, o mascote dos Jogos Olímpicos, foi uma criatura com aspecto de felino, na qual buscou-se misturar toda a fauna brasileira. Tom, o mascote dos Jogos Paralímpicos, um boneco sem forma definida, foi apresentado como uma criatura mágica na qual se sintetizou a flora brasileira. Mesmo com um manual de instruções, não foi tarefa fácil explicar ao público brasileiro a relação entre esses nomes e as formas neles manifestadas.

A representação de nação presente nas narrativas produzidas para as cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Olímpicos é um tema presente em várias pesquisas (Tomlinson, 1996; Hogan, 2003; Traganou, 2010; Leng et al., 2014).

¹ Dados obtidos do portal BBC. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36938203>. Acesso em: 14/9/2016.

Sua relevância se deve, principalmente, pela abrangência que a veiculação desses espetáculos tem para o mundo, divulgando uma representação de identidade nacional que poucos outros trabalhos de relações públicas internacionais têm o poder de oferecer. De uma forma mais ou menos ufanista costuma-se apresentar para o planeta o prestígio do país, e não apenas da cidade, que acolhe os Jogos Olímpicos, reforçando a ideia de que uma nação é muito mais do que uma entidade geopolítica. Nas narrativas construídas para o momento dessas cerimônias, está contida a trajetória de um povo que acumula valores culturais relacionados com etnicidade, gênero e classes sociais.

No caso da cerimônia de abertura e de encerramento dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o que se assistiu foi uma vez mais ao reforçamento da ideia do mito fundador e do semióforo de uma pátria virgem e intocada, de natureza transbordante, desvirginada pelos conquistadores europeus, que a tudo e a todos destruíram, clamando, nesses tempos de devastação e gastura, o cuidado com as reservas naturais, como se essa fosse uma prática recorrente nessa pátria mãe gentil, que a todos acolhe e provê. Não existe paradoxo maior nessa narrativa do que todas as reclamações sobre a poluição da Baía de Guanabara e da Lagoa Rodrigo de Freitas, e o clamor de atletas para que algo fosse feito em relação à qualidade daqueles ambientes de competição. Em vão. Da chegada dos europeus conquistadores aos imigrantes do século XIX, a história contada sobre uma nação multicultural e multiétnica buscava reforçar a cada imagem o acolhimento a todos aqueles que aqui chegaram e desejaram se instalar. Que mensagem apropriada para uma edição olímpica que ocorre em um momento em que se produz um fenômeno incontrolável de deslocamento humano em busca de um lugar seguro para viver!

A narrativa salta, então, desse imenso território chamado Brasil para a cidade do Rio de Janeiro, e tudo depois disso gira em torno dos valores produzidos nesse reduzido espaço de brasilidade como se fosse possível representar a nação como um todo usando apenas a imagem de uma cidade. Da garota de Ipanema aos bailes *funks*, passando por toda a ordem de bens culturais produzidos naquele território específico, o que se assistiu tanto na cerimônia de abertura como na de encerramento foi, antes de tudo, a um grande enredo produzido com a maestria de quem há quase um século produz carnaval, onde são contadas histórias de pessoas, lugares ou fatos históricos que chegaram a inspirar Stanislaw Ponte Preta a escrever o “Samba do Crioulo Doido”.

Vale ressaltar que a cerimônia de abertura dos Jogos do Rio de Janeiro foi francamente elogiada pela mídia de todo o mundo, destacando-se inclusive o fato de que ela custou apenas 10% da última edição olímpica, ocorrida em Londres. E, então, uma vez mais a criatividade e o jeitinho brasileiro são destacados como virtudes, encobrindo o rombo do orçamento ocorrido poucos meses antes da competição ter início, em virtude da grave crise institucional que assolou o país, o que levou à necessária improvisação por parte dos criadores.

Passada a festa, terminado o entorpecimento provocado pelos dias de suspensão vividos em função da irreabilidade criada na Cidade Maravilhosa, ela e o país voltam àquilo que se pode chamar de normalidade. O gigante pela própria natureza volta para o Hino Nacional, e as belezas e pujanças cantadas nas cerimônias aguardam pelo carnaval do próximo ano, afirmando assim o mito fundador e a necessidade de criação de um outro semióforo para o Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- CHAUÍ, M. *Brasil – Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.
- GUTTMANN, A. *The Olympics: A History of the Modern Games*. Illinois, University of Illinois Press, 2002.
- HOGAN, J. "Staging the Nation. Gendered and Ethnicized Discourses of National Identity in Olympic Opening Ceremonies", in *Journal of Sport and Social Issues*, n. 2, v. 27, 2003, pp. 100-23.
- KARNAL, L.; TATSCH, F. G. "Documento e História: A Memória Evanescente", in C. B. Pinsky; T. R. Luca. *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo, Contexto, 2009.
- LENG, H. K. et al. "Make me Proud! Singapore 2010 Youth Olympic Games and its Effect on National Pride of Young Singaporeans", in *International Review for the Sociology of Sport*, n. 49, v. 6, 2014, pp. 745-60.
- RUBIO, K. *O Atleta e o Mito do Herói*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.
- _____. "A Função Olímpica do Pesquisador diante do Livre Pensar", in *Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía e Ciencias Sociales*, v. XV, n. 895, 2010.
- _____. "Agenda 20+20 e o Fim de um Ciclo para o Movimento Olímpico Internacional", in *Revista USP*, n. 108. São Paulo, SCS-USP, 2016a, pp. 21-8.
- _____. "Como o Fora Temer se Encaixa nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro". Disponível em: <https://olimpianasblog.wordpress.com/2016/09/07>.
- TOMLINSON, A. "Olympic Spectacle: Opening Ceremonies and Some Paradoxes of Globalization", in *Media, Culture & Society*, n. 18, v. 4, 1996, pp. 583-602.
- TRAGANOU, J. "National Narratives in the Opening and Closing Ceremonies of the Athens 2004 Olympic Games", in *Journal of Sport & Social Issues*, n. 34, v. 2, 2010, pp. 236-51.
- ZIRIN, D. *O Brasil Dança com o Diabo: Copa do Mundo, Olimpíadas e a Luta pela Democracia*. São Paulo, Lazuli, 2014.